

Vol. 01, **N° 03** (2024)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE LETRAS

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO EM UMA ESCOLA PÚBLICA COM ALUNOS PROVENIENTES DA ZONA RURAL EIRUNEPEENSE-AM

Wisley Ferreira de Melo

Thaila Bastos da Fonseca

Preconceito linguístico em uma escola pública com alunos provenientes da zona rural Eirunepeense-Am

2

Linguistic prejudice in a public school with students from the rural area of Eirunepeense-Am

Wisley Ferreira de Melo¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2533-8625>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5662370074873947>

Thaila Bastos da Fonseca²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6632-6439>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3280752600555651>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar os efeitos e consequências do preconceito linguístico na vida dos estudantes provenientes da zona rural do município de Eirunepé- AM. Neste sentido, é importante esse olhar acerca desta temática, a qual acaba influenciando negativamente no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Sendo necessário que as instituições escolares priorizem a igualdade entre as diversidades linguísticas em seu espaço. Desse modo, para o aporte teórico foram selecionados: Bagno (2001); Borin (2021); Geraldi (1999); Marcuschi (2010); Possenti (1996) entre outros. Como resultados satisfatórios, foi possível constatar que tal problemática gera traumas irreversíveis na vida dos estudantes, sobretudo, no processo de aprendizagem, por conseguinte, é necessário remodelar os parâmetros de ensino, mostrando a necessidade de respeitar a variedade de fala de cada indivíduo. Não desmerecendo a importância de dominar a norma culta, mas mantendo viva e privilegiando a identidade linguística e cultural dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVES: Preconceito Linguístico. Escola. Aprendizagem. Identidade Linguística.

ABSTRACT: This article aims to analyze the effects and consequences of linguistic prejudice in the lives of students from the rural area of the municipality of Eirunepé-AM. In this sense, it is important to look at this theme, which ends up negatively influencing the students' teaching-learning process. And school institutions must prioritize equality among the linguistic diversity in their space. Thus, for the theoretical contribution were selected: Bagno (2001); Borin (2021); Geraldi (1999); Marcuschi (2010); Possenti (1996) among others. As satisfactory results, it was possible to verify that this problem generates irreversible traumas in the students' lives, especially in the learning process, therefore, it is necessary to remodel the teaching parameters, showing the need to respect the variety of speech of each individual. Not detracting from the importance of dominating the cultured norm, but keeping alive and privileging the students' linguistic and cultural identity.

KEYWORDS: Linguistic Prejudice. School. Learning. Linguistic Identity.

¹ Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas (2023)

² Mestra em Ciências Humanas e Teoria, História e Crítica da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA-2019). Graduação em Letras Língua-Inglesa pela Universidade do Estado do Amazonas e através do Programa de Formação de Professores (UEA-PAR-FOR-2018). Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas (2011), possui Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade do Estado do Amazonas (2015). É professora de Língua Inglesa na Escola Estadual Eduardo Sá (SEDUC/TEFE).

A presente pesquisa visa analisar os efeitos e consequências do preconceito linguístico no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes provenientes da zona rural. Posto que o preconceito linguístico em sala de aula tem sido em sua essência uma forma de materializar o preconceito social, as classes menos desprovidas do domínio da variedade padrão tendem em seu contato com o ambiente escolar serem vítimas desse preconceito, prática comum em ambientes escolares. Neste sentido, a escola deve ser um espaço que priorize e respeite às diversas variedades linguísticas existentes em uma sociedade.

Pessoas expostas a essas situações tendem a se reprimir, uma vez que constantemente são corrigidas quando usam a sua variedade de fala, que é tachada como “errada” por ser diferente da variedade padrão. Desta forma, os alunos tendem a se sentir um estrangeiro dentro de sua própria língua por não ter domínio sobre esta variedade. Tais fatores colaboram para um processo histórico de exclusão social desses grupos que são conscientemente oprimidos e induzidos a se acharem inferiores em relação aos demais membros da comunidade escolar. Com isso, ou são obrigados a se adequarem aos padrões impostos ou acabam se excluindo dos demais.

Na tentativa de amenizar tais problemáticas, este estudo buscou analisar os efeitos e consequências do preconceito linguístico durante o processo escolar. Os efeitos do preconceito linguístico na vida dos alunos oriundos da zona rural. Identificar como os alunos lidam com as diversas variedades linguísticas existentes na escola. Discutir os reflexos do preconceito linguístico na sociedade. Contribuir para amenizar atitudes preconceituosas acerca do modo de falar das pessoas.

Esta pesquisa tem sua relevância porque contribui para a compreensão dos efeitos decorrentes do preconceito linguístico em sala de aula. Configurando-se, muitas vezes, como um fator negativo determinante no processo de adaptação de pessoas vindas de grupos que não dominam a variedade padrão da língua portuguesa. Nesse sentido, por ser o Brasil um país plural com regiões que possuem modos e costumes diferentes, isso reflete na forma como as pessoas falam. É de suma importância conhecer e respeitar a diversidade da língua de cada falante dentro do ambiente escolar. Uma vez que esta variedade carrega a identidade linguística e cultural de cada grupo para, assim, mudar essa concepção preconceituosa nos espaços escolares.

Possuir esse conhecimento de que em uma escola há uma infinidade de variedades linguísticas dentro do mesmo espaço, permite a busca por novas

práticas metodológicas para inserir esse aluno dentro do ambiente escolar, além de mostrar a necessidade de se respeitar cada cultura e o modo de fala de cada falante nos espaços escolares.

1 As consequências do preconceito linguístico na escola

O preconceito linguístico ainda é uma prática muito comum nas escolas, visto que, constantemente, há uma imposição de uma norma padrão intitulada linguagem formal. Nesse sentido, é importante ressaltar que existem variadas formas de se expressar e que não existe certa ou errada, existem variedades regionais e locais que devem ser levadas em consideração na sala de aula. Diante desta premissa, é importante destacar que “nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo, como também a gramática não é a língua.” (BAGNO, 2007, p.10).

Este problema está ligado à tentativa de uniformizar a língua como aspecto único e exclusivamente composto por uma variedade padrão, proporcionando o surgimento do preconceito linguístico a partir da intolerância das demais variedades da língua existentes em uma sociedade. A norma gramatical imposta pelas escolas não pode ser levada como uma verdade absoluta. Afinal, a língua não pode ser vista como sendo unicamente a norma padrão imposta pelos gramáticos, porque existem infinitas variedades linguísticas além da imposta pelo modelo educacional. Neste sentido, é relevante destacar que:

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial [...] e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua, afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico. (Bagno, 2007, p.10).

Mediante a passagem em destaque, usa-se como base a crença de que somente o português padrão ensinado nas escolas é o correto e as variedades trazidas pelos falantes são negligenciadas por questões políticas e sociais. Por conseguinte, busca-se uniformizar a língua para extinguir as variedades definidas como incorreta perante a sociedade, e nesse cenário a escola torna-se o local ideal para suprir a identidade linguística dos grupos mais desprivilegiados socialmente.



O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não é raro a gente ouvir que isso não é português. (BAGNO, 2007, p. 40).

Desse modo, uniformizar a língua com base em um único e exclusivo padrão de fala é uma ideologia extremamente preconceituosa, uma vez que: “[...] a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja ‘uma’, uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção.” (Bagno, 1999, p.27). Assim, é impossível querer rotulá-la como uma forma universal, uma vez que ela varia de acordo com a comunidade linguística. Nesse contexto, a escola como espaço multicultural tem a função de inibir ideologias preconceituosas no que diz respeito à fala. Devendo-se criar um espaço isento desses preconceitos para que o aluno tenha segurança de se comunicar e ciente de que não haverá juízo de valor a respeito de sua variedade da fala.

Em contrapartida, há uma idealização de uma língua padrão que consequentemente corrobora para a exclusão e discriminação de indivíduos pertencentes às comunidades linguísticas que não adotam a variedade padrão. O local que deveria acolher essas pessoas, propagar o respeito às diversidades linguísticas, está historicamente impregnado de concepções filosóficas discriminatórias, e por vezes, segregadoras. A escola como ambiente de aprendizado necessita romper com o padrão tradicionalista, que é caracterizado por representar a aristocracia explica Bagno (2002).

A Gramática Tradicional é um construto intelectual que até hoje preserva uma ideologia feudal, aristocrática, anticientífica, autoritária, dogmática e inquisitorial. A norma padrão (NP) clássica do português, inspirada nos postulados da Gramática Tradicional, ainda hoje define como seu objeto único de estudo e prescrição a língua escrita, mais precisamente a língua empregada, com finalidades estéticas, por um conjunto restrito de ficcionistas e poetas. (p. 30).

Dessa maneira, é possível afirmar que durante muito tempo não houve sequer uma tentativa de reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, e a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, única. Haja vista, que sempre buscou-se erradicar toda e qualquer variedade que fuja dos padrões gramaticais, oprimir e menosprezar quem não domina a variedade padrão. Na gramática tradicional há uma imposição de pronunciar do jeito que se escreve, como se esse modelo fosse o ideal de fala.

Não é surpresa que, em consequência dos privilégios que sempre recebeu por parte de escritores e gramáticos, e por causa de sua veemente e cara defesa, feita às vezes às custas da crítica a outras formas, essa variedade nos pareça “melhor”, mais versátil e menos rude; entretanto, essa impressão não justifica a crença preconceituosa, infelizmente muito difundida na nossa sociedade, de que outras variedades são linguisticamente inferiores, erradas e incapazes de expressar o pensamento. (POSSENTI, 1996, p.77).

Tudo isso transcende os parâmetros de fala e se materializa como um preconceito social. Afinal, por uma pessoa não dominar a variedade padrão, ela é tachada como não pertencente a elite intelectual e consequentemente sofrerá correções pelos membros da classe dominante. Desta forma, “o juízo de valor atribuído a determinadas formas linguísticas nada tem a ver com as características propriamente linguísticas do fenômeno, mas sim, com as variações sociais lançadas sobre os falantes.”. (BAGNO, 2007, p.76).

No meio educacional Eirunepeense, o preconceito linguístico acontece de forma mais acentuada com pessoas oriundas das zonas rurais. Isso ocorre muitas vezes em função delas pertencerem a classes sociais que não dominam a variedade padrão. Com isso, há uma construção de diversos estereótipos que proporcionam a esses alunos um sentimento de inferiorização com relação aos demais. E esse preconceito linguístico é fruto de um processo histórico e social que ao longo dos anos os força a se adequarem aos ideais propostos por uma norma, que pressiona os estudantes a se adaptarem a uma padronização da língua, sem sucesso. Para Possenti (1996, p. 18) “[...], a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido, seria uma violência cultural.”.

Cabe aos integrantes dessa classe menos abastadas conhecer e valorizar sua variedade de fala, para assim manter sua identidade linguística e cultural, combatendo e não se deixando reprimir por padrões alheios a sua cultura. Para isso:

[...] temos de combater o preconceito linguístico com as armas de que dispomos. E a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da mudança de atitude. Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. (BAGNO, 2007, p.76).

Logo, é extremamente necessário criar um ambiente de conscientização e fortalecimento para que os estudantes falantes da norma não-padrão não se intimidem, com o intuito de manter sua identidade linguística, pois ela representa,

em certa medida, a história de uma ancestralidade. Assim, deve-se desconstruir a ideia de que “não sabemos falar português” e que a forma de falar tem que ser moldada dentro dos parâmetros impostos pela variedade padrão.

2 Variedades linguísticas no contexto escolar: desafios e perspectivas

Em um ambiente escolar existem infinitas variedades linguísticas, cada um dos falantes carrega traços, os quais farão uso dentro da sala de aula. Nesse cenário surgem diversos desafios a serem enfrentados dentro da escola, dentre eles o preconceito linguístico, problemática que ronda a apavora as pessoas expostas a esse problema. Uma vez que,

[...] o falante que não domina a língua denominada “padrão” por sua comunidade linguística, sofre preconceitos e é “excluído” da “roda dos privilegiados”, aqueles que tiveram acesso à educação de qualidade e, por isso, consideram-se “melhores” que os demais. (BORIN, 2010, p.22).

Diante deste cenário, é de responsabilidade dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e da instituição de ensino, promover o respeito à língua de cada falante. Criando situações que conscientizem a todos, destacando que cada grupo possui sua variedade linguística, e que exclusivamente cada um terá sua particularidade, não cabendo qualquer manifestação de preconceito linguístico.

Considerar a modalidade escrita como sendo a variedade correta, é uma tendência que vem a cada dia se intensificando no meio social. A busca por elevá-la como a idealizada a todos os falantes é uma prática constante em todos os ambientes educacionais e sociais. “A perspectiva da dicotomia estrita tem o inconveniente de considerar a fala como o lugar do erro e do caos gramatical, tomando a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua.” (MARCUSCHI, 2010, p.28).

Por isso, cria-se a sensação de que o falante, ao dominar a variedade padrão da gramática, consequentemente saberá falar de maneira “correta”, e assim deixará de lado sua língua rotulada como “errada”. Deve-se combater veementemente o preconceito linguístico no ambiente escolar, buscando de todas as formas incluir todos os alunos ao espaço educacional. Lutando contra padrões que impedem de propagar um sistema saudável a todas as esferas sociais. Dessa maneira, é conveniente destacar que:

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. (BAGNO, 2007, p.14).

Nessa perspectiva, é necessário lutar constantemente contra o preconceito linguístico. Evidenciando aos estudantes que praticam tais atitudes que essa conduta é errada, e não possuem nenhuma justificativa lógica, uma vez que esse tipo de conduta é resultado de um processo histórico e social de exclusão desses grupos menos providos de domínio desta variedade rotulada como a “certa”.

Cabe à escola ensinar aos alunos acerca da importância de conhecer outras variedades linguísticas, pois torná-lo um poliglota na sua língua é torná-lo um ser humano que respeita a variedade e diversidade linguística do outro. Afinal:

As variedades não são erros, mas diferenças. Não existe erro linguístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, em vez de outra, mas no uso de uma variedade em vez de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela forma de fala. (Geraldini, 1999, p.42).

Com isso, o aluno não irá menosprezar, rebaixar ou ridicularizar outras formas de falar, pois conhecer outras variedades lhe permite compreender em qual momento cabe o uso de uma variedade linguística, conseqüentemente não sobrando espaço para julgamentos sobre outros falantes. Essa prática deve ser empregada como forma de alavancar o rol de conhecimentos dos alunos, fazendo nascer neles uma gama de novos aprendizados, ensinando-os a variedade padrão, porém não a colocando como sendo a única nem a correta. Posto que:

A aprendizagem da norma culta deve ser significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra de acordo com as circunstâncias da situação de fala. (Ricardo ; Maris, 2005, p. 26).

O conhecimento do momento adequado de se usar a variedade padrão da língua, permitirá aos discentes reduzir o preconceito linguístico em qualquer esfera da sociedade. Por isso, conhecer e respeitar a forma de fala de cada falante é primordial para manter o ambiente escolar saudável e livre de estereótipos, uma vez que “o trato inadequado ou até desrespeitoso das diferenças vai provocar a insegurança ou, então, o desinteresse ou a revolta do aluno.” (Bortoni-Ricardo; Stella Maris, 2005, p. 196).

Além do mais, ao se valorizar todas as manifestações de fala dentro do ambiente educacional gerará, a sensação de harmonia entre os membros, visto que um ambiente livre de preconceitos torna-se muito mais produtivo e acolhedor para os discentes. Tais medidas, ao serem adotadas no meio educacional, formará

alunos que respeitam a diversidade de fala de outros indivíduos, além de fazê-los valorizar sua ancestralidade e assim lutar para manter viva sua identidade linguística.

Desta forma, a escola irá moldar pessoas que respeitam as diversidades cultural da sociedade além de uma parâmetros escolares, dado que tal problemática ocorre com essas pessoas das classes menos abastadas em todos os espaços sociais, e necessitam do tratamento igualitário e livre de pre-julgamentos.

3 A metodologia da pesquisa e os procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada em uma determinada escola³ do município de Eirunepé, localizada no interior do Estado do Amazonas. Como amostragem da pesquisa foram selecionados nove alunos que já vivenciaram a experiência ou passaram por situações de preconceito linguístico dentro da instituição de ensino para, de tal forma, compreender por que determinados comportamentos acontecem nestes locais, abdicando de dados estatísticos e se inserindo dentro da problemática como forma de entender e refletir como esta conduta acontece e influencia na vida de um discente.

Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa visando adentrar na problemática, já que para Severino (2007, p. 119) “trata-se de um mergulho no microsocial, olhado com lentes de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa.”. Na concepção de Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem.

Para Minayo (2003, p. 21) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”.

Dessa maneira, foi realizada uma pesquisa de campo que para Lakatos (2003, p. 186) “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los.”. Para a coleta de dados foram realizadas

³ Optou-se por não revelar a identidade da instituição como forma de preservar a identidade da mesma e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

entrevista com os discentes no intuito de realizar tal momento de maneira menos burocrática e mais acessível às pessoas analisadas na pesquisa, visto que o objetivo é compreender como este fenômeno acontece e quais seus efeitos na vida dos falantes.

Nesta perspectiva, convém destacar que a entrevista, mediante Gil (2008, p. 9), pode-se definir “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.”. Com isso, esta pesquisa foi realizada visando analisar este processo histórico de exclusão dessas classes menos dominantes da variedade padrão de fala, e possibilitou compreender como acontece o preconceito linguístico.

Assim, as perguntas direcionadas aos sujeitos da pesquisa no decorrer das entrevistas foram: “Você já passou por essa situação de sofrer preconceito linguístico?”; “Essa situação modificou de alguma forma sua vida acadêmica?”; “Como você lidou com esse momento?”; “Você mudou sua fala em função dessa situação?”; por fim, “E relatar uma situação em que sofreu preconceito linguístico”. Por isso achou-se conveniente utilizar perguntas informais para uma melhor compreensão dos entrevistados.

Após estas perguntas, foram analisados e refletidos quais os efeitos e consequências do preconceito linguístico na vida dessas pessoas. Vale salientar também que os nomes dos entrevistados não foram revelados como forma de proteção da identidade dos envolvidos na pesquisa. Assim, adotou-se essa postura seguindo os requisitos descritos pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONAE), na Plataforma Brasil. Para diferenciar uma fala da outra foi adotado o seguinte critério entrevistado I, entrevistado II, etc.

4 Resultados mais expressivos

O ambiente escolar é dotado de variedades linguísticas, porém tende a ser movido por ideais arcaicos que diminuem a identidade linguística dos falantes, fugindo totalmente do que deveria ser o seu propósito. Nesse sentido, ao coletar as informações dos alunos entrevistados, foi possível constatar que o preconceito linguístico está presente no cotidiano escolar, sendo fator determinante de moldagem ideológica dentro das escolas. Fica explícito ao entrevistar o aluno I sobre os efeitos do preconceito linguístico em sua vida como acadêmico, em meio as suas tímidas respostas, verifica-se que este julga-se inferior aos demais alunos que dominam a forma padrão. “Fico assim porque meus colegas sabem falar certo e eu não né, aí fico com medo de ir pra frente apresentar trabalho porque não sei falar não.” Foi possível comprovar que o entrevistado se sente totalmente desconfortável

em apresentar qualquer atividade, pelo fato de não saber “falar” conforme a norma padrão estabelecida pela instituição.

Além de apresentar-se pouco comunicativo e com dificuldades em se expressar no momento da entrevista, foi constatado um sentimento de inferioridade do entrevistado. Vale destacar que as perguntas foram conduzidas de forma simples e com uma linguagem dentro da informalidade. Diante disso, essa não adequação do aluno ao ambiente escolar em virtude de sua variedade de fala, ao ser tratada como inadequada, trará graves consequências ao discente, posto que:

[...] variedades populares da língua tem pelo menos duas consequências desastrosas: não respeitar os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele o sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua-padrão. (BORTONI-RICARDO; STELLA MARIS, 2005, p. 15).

Ao entrevistar o aluno II sobre a experiência de sofrer tal transtorno, diz-se que após o fato, não gosta mais de falar dentro da sala de aula, pois se sente reprimido pelo motivo de “falar errado”. O mesmo destaca: “Não gosto de falar, tenho medo de falar errado né, já aconteceu de eu falar e meus colegas dizer que não sei falar direito, aí sou mais de ficar calado e não dizer nada porque vai que alguém me corrija porque não sei falar certo”. Para ele, ao falar dessa forma ele será corrigido pelos demais membros. Porém, essa prática deveria ser tratada de forma totalmente diferente, uma vez que respeitar o modo de falar de cada pessoa é respeitar sua identidade linguística e cultural.

Nessa perspectiva convém salientar que “menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou variedade linguística empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo como ser humano.”. (BAGNO, p.36, 2001). Renegar o falante o direito de usar sua variedade de fala é negar a ele o direito de representar sua cultura, uma vez que sua variedade carrega traços de sua história e suas tradições.

Os alunos III e IV apresentavam-se praticamente da mesma forma, uma vez que após passar pela experiência de sofrer preconceito linguístico, se sentiam intimidados dentro do ambiente escolar. Os entrevistados relataram também não se sentir confortáveis em falar, sendo pessoas bastante reprimidas dentro da escola, pelo fato de não dominarem a variedade padrão da língua. Dessa maneira, a escola deveria prezar pela inserção de todo e qualquer grupo dentro do ambiente escolar, respeitando toda e qualquer modalidade de fala. Nesse sentido:

Os alunos devem sentir-se livres para falar em sala de aula e, independentemente do código usado – variedade-padrão ou variedade não padrão, qualquer aluno que tome o piso em sala de aula deve ser ratificado

como um participante legítimo de interação. (BORTONI-RICARDO; STELLA MARIS, 2005, p.191).

Nesse cenário, é função da escola acolher estes alunos, e criar situações que levem os estudantes a conviverem em harmonia com o ambiente escolar para que se sintam incluídos e como parte de um todo, e livres para usar sua variedade de fala em qualquer situação comunicativa. É papel da escola também, mostrar a necessidade de conhecer a variedade padrão de fala e, principalmente, respeitar a sua identidade linguística e cultural.

Ao ouvir os relatos do aluno V, o mesmo retratou que sua experiência ocorreu de forma traumática uma vez que tal momento aconteceu durante um seminário diante de toda a turma, e que em virtude do mesmo falar algumas palavras tachadas como “erradas” pela variedade padrão o discente foi corrigido e induzido a crer que sua forma de fala não é a correta:

Lembro porque no oitavo ano né e nono ano na verdade com a professora Raimunda eu tava apresentando trabalho sobre efervescentes né, o processo de fervura dos químicos na aula de ciência até e eu usei uma Sonrisal como exemplo de efervescente. E joguei a pílula no copo e falei né, agora se a gente observar a água está frevendo, a pílula começou a ferver, como fala no interior, aí né a professora Raimunda parou na hora e falou, você falou que? Freveu. E me corrigiu na frente de todo mundo, e que eu deveria aprender a falar certo né, que a palavra certa era ferver e não frevendo, aí a partir daí, assim em vez de eu me bloquear pra não falar mais literalmente perder o hábito como a maioria dos outros fazem né se retrain eu não, eu acabei me policiando treinando pra não falar mais “de forma errada” né e passei a buscar falar da forma mais certa né, pra nunca mais ser corrigido por ninguém.

Consequentemente, em função desse momento constrangedor ele sentiu a necessidade de mudar sua forma de falar, apresentando, assim, a perda total de sua identidade linguística e cultural por conta do trauma deixado pelo ocorrido.

Desta forma, o falar “errado” do aluno V comprova que é tendencioso nas escolas pregar que somente a variedade padrão é a correta, pois “Infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português.”. (BAGNO, 2001, p. 46). Com isso, os estudantes perdem sua identidade linguística e, consequentemente, é obrigado a se adequar a uma nova realidade de fala que não faz parte da sua realidade. Assim, os alunos acabam deixando de lado toda sua história e cultura linguística em função de um ideal pregado por normas impostas pelas instituições escolares.

Ao entrevistar o aluno VI este relatou que constantemente passa pela experiência de sofrer preconceito linguístico ao fazer uso de sua fala em sala. E

que corriqueiramente seus colegas de classe o corrigem quando este fala alguma palavra fora dos padrões da gramática. E em virtude de ter aprendido que sua fala é “errada”, o mesmo acaba por aceitar as críticas e se silencia diante do ocorrido. Assim, o entrevistado relatou que vem se corrigindo e se adequando à linguagem da gramática explicitada na escola e isso, futuramente, gerará perda total de sua identidade linguística.

Desse modo, inconscientemente a escola impõe ao falante que só existe uma forma correta de fala e que as demais são erradas, e por isso devem ser substituída pela variedade padrão. Esse aspecto é um grande equívoco e que gera transtornos na vida do falante, afinal

[...] Aquilo que se chama vulgarmente de linguagem correta não passa de uma variedade da língua que, em determinado momento da história, por ser a utilizada pelos cidadãos mais influentes da região mais poderosa do país, foi a escolhida para servir de expressão do poder, da cultura desse grupo, transformada em única expressão da única cultura. (POSSENTI, 1996, p.41).

Nesse cenário, caberia à escola mudar tais ideologias mostrando que não existe uma única e exclusiva forma de fala, mas que há infinitas variedades linguísticas e que a norma padrão está incluída dentre essas infinidades de variedades de fala.

O Aluno VII retratou que tal momento aconteceu quando este falou uma palavra, a qual em seu cotidiano é comumente utilizada, “astudia”⁴. Porém, no momento exato que ele proferiu tal fala um colega debochou da forma como ele falou, lhe dizendo que sua fala estava “errada” e que a maneira correta era outra, causando-lhe a sensação de constrangimento ao ver o colega expondo que ele não sabia falar. E desde então sente receio de se expressar, por medo de cometer outro “erro” e ser novamente corrigido.

Com isso, fica claro que a escola ensina a propagar o preconceito linguístico entre os próprios alunos visto que eles aprendem desde cedo a fazer pré-julgamentos da fala do outro. Em contrapartida, tudo isso é um grande erro já que “afirmar que há línguas primitivas é um equívoco equivalente a afirmar que a Lua é um planeta, que o Sol gira ao redor da Terra, que as estrelas estão fixas em uma abóbada.”. (POSSENTI, 1996, p.26). Sendo assim, tal processo não possui lógica alguma já que cada falante carrega traços históricos e culturais de um povo em sua fala. Por isso, deve-se respeitar e preservar vivas cada variedade de fala já que esta carrega resquícios da ancestralidade de um grupo social.

Ao conversar com os alunos VIII e IX, ambos apresentavam-se com as mesmas características. São alunos calados e que timidamente respondiam as perguntas

⁴ Significa: Outro dia/ dias atrás.

proferidas a eles de forma simples e direta, mas que afirmaram vivenciar a experiência de sofrer preconceito linguístico. Como pode ser visto na resposta do aluno IX ao ser perguntado se ele já sofreu preconceito linguístico:

Já passei por isso, meus colegas dizem que não sei falar direito, por isso não gosto de ir pra frente apresentar trabalho nenhum, vai que eu esteja lá na frente falando e alguém me corrija né, prefiro perder pontos, mas não vou não.

Por isso, não se sentem confortáveis em fazer coisas simples do cotidiano de um aluno adolecente como apresentação de seminário, em virtude do medo de falar “errado”. Com isso, preferiam perder ponto ao fazer qualquer apresentação para os demais colegas de classe. Diante disso é conveniente destacar que:

Se considerarmos que aquelas gramáticas adotam uma definição de língua extremamente limitada, que expõem aos estudantes um modelo bastante arcaico e distante de experiência vivida, mais do que ensinar uma língua, o que elas conseguem é aprofundar a consciência da própria incompetência, por parte dos alunos. O resultado é o aumento do silêncio, pois na escola não se consegue aprender a variedade ensinada, e se consagra o preconceito que impede de falar segundo outras variedades. (GERALDI, 1999, p.44-45).

De tal modo, a gramática adotada na escola não condiz com a realidade vivida no cotidiano dos alunos, afetando o processo de ensino-aprendizagem. E “por mais distante que a linguagem do aluno esteja da variedade padrão, ela é extremamente complexa, articulada, longe de ser um falar rudimentar e pobre.” (POSSENTI, 1996, p.83). Com isso, “Todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão) o que, em última análise, significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola.” (NEVES, 2003, p. 94).

Considerações finais

Esta pesquisa possibilitou compreender os efeitos do preconceito linguísticos na vida dos alunos, expondo sua existência no universo escolar e na sociedade. Tal prática vai além da pura e simples discriminação sobre o falar, atinge questões sociais de determinado grupo, tonando-se assim um problema social. Contudo, mesmo se mostrando um grave problema social, tem sido um tema negligenciado durante a formação escolar, pouco discutido na escola, e a sua existência é mascarada e sua relevância minimizada.

A pesquisa mostrou que essa problemática corrobora para um processo de exclusão das classes menos abastadas que não dominam o português, e por isso não usam a variedade padrão no ambiente escolar. Reconhecer um problema é a primeira atitude de quando se busca corrigir algo. Desse modo, o preconceito é tratado com naturalidade pelos agentes envolvidos no processo educacional. Com isso, todos os objetivos traçados na pesquisa foram alcançados uma vez que o preconceito linguístico está presente e influencia negativamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos oriundos das zonas rurais.

Nesse cenário, nota-se o quanto é um problema recorrente no ambiente escolar, principalmente porque a escola deveria propagar a igualdade entre os discentes, porém acaba por ser um espaço reprodutor desta problemática. Posto que prioriza a norma padrão denominada como a correta, e as demais variedades linguísticas são excluídas do contexto escolar.

Assim, pessoas oriundas das zonas rurais tendem a ter um alto grau de dificuldade de adaptação em sala de aula por trazerem toda uma bagagem cultural em sua variedade de fala. Estes falantes acabam confrontando-se com uma nova realidade, na qual são obrigados a apreender a norma padrão como a única forma correta de falar o português. A escola age no subconsciente dos alunos, os obrigando a incorporar para si a variedade padrão como sendo a forma ideal de falar o português. Em contrapartida, os estudantes que persistem em não se adequar ao padrão imposto, tendem a ser reprimidos e excluídos no contexto escolar.

Os alunos que se adequam ao padrão imposto, perdem sua identidade linguística e por consequência esquecem suas origens, o que é um grande prejuízo para os alunos, pois perdem a ligação cultural com seus lugares de origem. A escola perde a pluralidade cultural advinda desses grupos sociais. Neste contexto, a pesquisa comprovou que ao não se adaptar à realidade disseminada, os discentes passam a ser vítimas constante desse preconceito, o que os torna pessoas totalmente antissociais em virtude do medo de serem reprimidos, ao fazer uso de sua fala.

Além disso, muitos desses alunos, são pessoas com um grau de timidez excessiva, o que os impede de se socializar e participar de simples atividades acadêmicas como apresentação de seminário. Este aspecto, corrobora para que as pessoas não consigam expor suas opiniões, já que o medo de falar lhes deixam na condição de constante submissão.

Nesse cenário, essa pesquisa é de suma importância para sociedade eirunepeense e para os futuros docentes. Diante disso reafirma-se que não fazer juízo de valor sobre a variedade de fala de uma pessoa é manter viva a sua história linguística, e consequentemente propagar o respeito pela variedade do outro. Além

de mostrar aos futuros docentes o quão se faz necessário respeitar a variedade de fala de cada aluno. Para que assim possamos educar pessoas livres de estereótipos que marginalizam quem não domina a linguagem padrão. E por consequência ter um ambiente saudável para qualquer pessoa independentemente de sua classe social.

Assim, esta pesquisa mostrou o quanto precisamos remover de nosso interior qualquer estereótipo que venha degradar a integridade do outro. Um vez que, um problema que causa efeitos catastróficos na vida de um aluno como o caso do preconceito linguístico não é sequer observado no ambiente escolar. E acaba sendo tratado com desdém e sem nenhuma preocupação com as sequelas que essa problemática pode ocasionar na vida de um falante. Por isso, é perceptível a necessidade de refletir sobre esta problemática que atinge as escolas eirunepeenses, para assim construirmos uma sociedade que privilegie a diversidade linguística das pessoas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____, Marcos. *Língua Materna, Letramento, Variação e Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____, Marcos. *Preconceito linguístico - o que é, como se faz*. 49ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*. São Paulo, Loyola, 1999.

BORIN, Máisa Augusta et al. *Sociolinguística*. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16413>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GERALDI, João Wanderley. et al. (orgs.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática ensinar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Submetido: 17/09/2024

Aceito: 30/12/2024

Publicado: 22/02/2025

